

## Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações

Contribution of the critical discourse analysis in Norman Fairclough  
beyond its use as a method: a new perspective on organizations

Fernanda Mitsue Soares Onuma<sup>a</sup>

Recebido: 14/03/2018

Aprovado: 24/04/2019

<sup>a</sup> Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil

### Resumo

Diversas abordagens teóricas correntes têm se debruçado sobre o estudo de elementos linguísticos como o discurso e a comunicação no processo de construção das organizações. Contudo as abordagens correntes nessa temática se embasam em visões nominalistas e deterministas, ao considerarem que os discursos, ou mesmo os processos comunicacionais, geram as organizações por si próprios. Com isso, ignoram que tais elementos linguísticos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais, tais como as classes e o mercado. Neste ensaio, argumento que a teoria social do discurso presente na abordagem teórico-metodológica da análise crítica do discurso (ACD) em Norman Fairclough, usualmente utilizada em estudos organizacionais como ferramenta metodológica, pode oferecer uma nova perspectiva para compreender a construção das organizações enquanto objetos de investigação.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso; Dialética do Discurso; Organização.

### Abstract

Several current theoretical approaches have focused on the study of linguistic elements such as discourse and communication in the process of constructing organizations. However, these approaches are based on nominalist and deterministic perspectives, considering that discourses, or even communicational processes generate the organizations themselves, ignoring that such linguistic elements do not have an independent and arbitrary existence in relation to social and material conditions, but represent, realize and strengthen social structures, such as classes and the market.

In this essay, I argue that the social theory of discourse present in the theoretical-methodological approach of critical discourse analysis (CDA) in Norman Fairclough, usually applied in Organizational Studies as a methodological tool, can offer a new perspective to understand the construction of organizations.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Dialectic of Discourse; Organization.

## Introdução

O estudo de fenômenos linguísticos nas organizações pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica em discursos organizacionais, mas, também, para a própria discussão a respeito de como fenômenos da linguagem (como a comunicação e os discursos) podem contribuir para a formação das organizações (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004).

Embora Alvesson e Kärreman (2000) corroborem com a visão de que os estudos organizacionais sobre temas da linguagem tenham avançado em termos numéricos, os autores enxergam que a grande maioria dos estudos empíricos trata esses fenômenos de forma simplista, acrítica e distorcida. Para os autores, o ganho em popularidade desse tipo de pesquisa nos estudos organizacionais se deve, portanto, mais por modismo que por orientação teórica.

Por conseguinte, a não problematização sobre conceitos da linguística tem colaborado para o baixo potencial de crítica e de impacto teórico do uso de suas diversas teorias nos estudos organizacionais (Alvesson & Kärreman, 2000, 2011; Fairclough, 2005; Marchiori, Ribeiro, Soares, & Simões, 2010; Mumby, 2011). Inclusive, Fairhurst e Putnam (2004) apontam que, nos Estudos Organizacionais, existem trabalhos em que noções epistemologicamente distintas sobre o discurso podem ser encontradas em um mesmo estudo, sem as devidas mediações teóricas. Isso ocorre, segundo os autores, em razão de que muitos pesquisadores em Estudos Organizacionais não estão familiarizados com os estudos da linguística e evitam ou confundem os conceitos de discurso, de modo que as diversas teorias da análise do discurso (AD) e da análise crítica do discurso (ACD) acabam sendo tratadas apenas como ferramentas metodológicas (Fairhurst & Putnam, 2004).

Por outro lado, analistas do discurso, por vezes, em razão de desconhecerem os Estudos Organizacionais, acabam deixando de problematizar acerca das diversas formas pelas quais o discurso pode operar nas organizações (Fairhurst & Putnam, 2004). Trabalhos críticos nos Estudos Organizacionais brasileiros já vêm apontando que o discurso pode ser visto como um recurso que as organizações possuem e processam,

de modo que estes podem ser considerados como fontes de comunicação distorcida, dotadas de uma cultura ideológica que precisa ser questionada pelos estudiosos desse campo (Augustinis, Costa, & Barros, 2012; Carrieri, Silva, Souza, & Pimentel, 2008; Faria & Meneghetti, 2007; Godoi, Coelho, & Serrano, 2014; Saraiva & Irigaray, 2009).

Todavia, diversos estudos têm complementado o potencial crítico das contribuições de estudos da linguística aos Estudos Organizacionais, apontando que, além de permitirem a denúncia de práticas ideológicas nas organizações, tais estudos podem ainda possibilitar o questionamento sobre o *status* ontológico do próprio objeto de estudo deste campo: as organizações.

Isso porque, embora desempenhe a fundamental crítica da (re)produção de ideologias perniciosas nas organizações, de acordo com Cooren e Taylor (1997), os estudos que se atêm à utilização de perspectivas de AD e ACD como ferramentas metodológicas para a análise dos discursos nas organizações acabam por comungar da primazia organizacional. Em outras palavras, eles reforçam a crença da preexistência “natural” das organizações como objetos reais e empíricos que se apresentam ao pesquisador, em virtude de corroborarem com a visão do discurso enquanto recurso das organizações (Cooren & Taylor, 1997).

Buscando superar essa visão limitada do potencial de contribuição de teorias da linguística aos Estudos Organizacionais, Cooren e Taylor (1997), bem como Fairhurst e Putnam (2004) afirmam que os pesquisadores desse campo têm se debruçado sobre estudos de elementos linguísticos, como a comunicação e o discurso, em razão de terem encontrado nessas abordagens uma alternativa teórica preferível para propor a constituição da organização, buscando substituir as visões que as enxergam como entidades naturais, preexistentes na realidade.

Em sua corrente dominante, as organizações têm sido tratadas nos Estudos Organizacionais como objetos naturais, colocando, sobretudo, a organização burocrática como a única forma organizacional possível e existente (Motta, 1986). Por essa razão, as organizações são comumente tratadas nos Estudos Organizacionais como construídas de maneira autoconsciente por seus membros e geridas como se fossem entidades com fronteiras e propósitos bem-definidos (Jang, Ott, & Shafritz, 2015). Conseqüentemente, em lugar de questionarem os pressupostos ontológicos das organizações, construindo-as como objetos empíricos de seus trabalhos, os pesquisadores do campo têm aceitado as concepções mais utilizadas na corrente teórica majoritária nos Estudos Organizacionais, ao invés de, como Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2002) sugerem, compreenderem que o objeto científico deve ser construído, conquistado e constatado para que se livre da ilusão do saber imediato.

A construção do objeto empírico é importante a fim de que os pesquisadores em Estudos Organizacionais rompam com noções preconcebidas do real tomadas ingenuamente como verdadeiras, ou seja, sem conversação com os objetivos de pesquisa de cada cientista social (Bourdieu et al., 2002). Além disso, os autores alertam contra o abandono da teoria em trabalhos empíricos que recaem em uma pretensa neutralidade científica ao identificarem a representação da experiência como constatação isenta.

Neste ensaio, argumento que estudos da linguística como os da ACD em Norman Fairclough, usualmente utilizado em Estudos Organizacionais como ferramenta metodológica, podem oferecer uma nova perspectiva para que pesquisadores em Estudos Organizacionais enxerguem a construção das organizações como objetos de investigação. A principal limitação das abordagens teóricas correntes sobre o tema, segundo Fairclough (2005), é a repercussão de que o estudo das organizações se reduziria ao estudo de seu discurso ou do processo comunicacional que ocorre dentro das organizações.

A fim de desenvolver esse argumento, a seguir apresento a dialética do discurso em Norman Fairclough, entendida como a teoria social do discurso que embasa sua proposta de ACD, apontando para seu potencial de contribuição para o entendimento da relação entre elementos linguísticos e a construção das organizações. Feito isso, discuto algumas das principais teorias que têm informado a relação entre fenômenos da linguagem e a construção das organizações como objetos empíricos dos Estudos Organizacionais, bem como suas limitações teóricas comparando-se à ACD para, ao final, tecer algumas considerações a respeito de possíveis contribuições da ACD faircloughiana a este campo.

## **A teoria social do discurso que embasa a ACD em Norman Fairclough: novo olhar sobre as organizações**

Na perspectiva da ACD faircloughiana, o discurso é entendido tanto como prática social de uso da linguagem – significando um modo de agir sobre o mundo e, especialmente, sobre os outros – quanto como um modo de representação (Fairclough, 2001, 2005, 2008; Magalhães, 2001). Em outras palavras, percebemos que, nessa abordagem, os sujeitos são vistos como posicionados ideologicamente mas, ao mesmo tempo, capazes de agir de maneira criativa, realizando articulações próprias entre as ideologias e práticas a que são expostos sendo, ao mesmo tempo, efeitos ideológicos e sujeitos ativos. Essa concepção sobre os sujeitos se contrapõe à visão majoritária sobre as pessoas nas organizações, encarados como interlocutores na construção social de discursos e organizações, como se fossem autoconscientes e independentes das estruturas (Marchiori et al., 2010).

Com essa breve comparação, ressalto a relevância de se compreender que cada autor do campo da linguística desenvolveu sua definição teórica sobre o discurso,

e outros temas dos estudos da linguagem, buscando adequá-lo aos pressupostos de suas abordagens (Magalhães, 2001). Contudo, como Alvesson e Kärreman (2000, 2011), Marchiori et al. (2010) e Mumby (2011) apresentam, os Estudos Organizacionais acabam não teorizando acerca do conceito de discurso que utilizam em seus trabalhos, tornando-o um termo extremamente vago.

A proposta da ACD faircloughiana se coloca enquanto teoria social do discurso, e não apenas como método (Fairclough, 2005; Silva & Gonçalves, 2017). Para justificar essa afirmação, apresento alguns conceitos importantes ao campo da linguística: a distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*). Ferdinand de Saussure, apontado como precursor da linguística, segundo Fiorin (2010), explica que o conceito saussureano de língua corresponde ao sistema linguístico abstrato, que existiria independentemente das pessoas, como é o caso da gramática. Na gramática do português, nesse sentido, não é possível inverter a ordem do artigo e do substantivo (por exemplo, “encontrei livro o”). Logo um falante individual não é capaz de, sozinho, introduzir mudanças no sistema linguístico. Já a fala corresponde ao uso individual da língua por uma pessoa. Ao contrário da língua, a fala é assistemática e, por essa razão, na visão saussureana, não permitiria um estudo rigoroso, em razão de não se compor apenas de informações de ordem linguística, mas também de ordem histórica, psicológica, sociológica etc. (Fiorin, 2010).

Diferentemente da abordagem saussureana, que foca no estudo da língua, ou seja, do sistema linguístico, da gramática, as abordagens da AD e de ACD usuais nos Estudos Organizacionais focam na fala, ou seja, na utilização concreta da língua pelos sujeitos (Fiorin, 2010). A abordagem da ACD faircloughiana busca estudar a maneira como a gramática de uma língua se atualiza em discursos concretos e produzidos em determinado contexto e, para isso, o autor tanto apresenta uma abordagem metodológica de estudo da língua quanto uma teoria social sobre seus usos, daí tratarmos de sua contribuição como teórico-metodológica.

Com essas explicações, espero ter esclarecido o chamado “modelo tridimensional” da ACD faircloughiana, que compreende que a análise dos discursos se desempenha em três dimensões: das práticas sociais, das práticas discursivas e das práticas textuais. Como expõe Pedro (1997), na ACD os aspectos formais do texto (língua) são analisados, descritos e interpretados a partir do quadro de práticas textuais e sociais (fala) em que estão imersos, uma vez que as análises se inserem, necessariamente, em uma teoria sociocultural da comunicação. Isso porque o objetivo da ACD é analisar e revelar o papel que o discurso opera na reprodução da dominação que grupos sociais privilegiados exercem na sociedade, criando e reproduzindo desigualdades sociais (Pedro, 1997). Logo o objetivo da ACD, segundo Fairclough (2005), não é a análise dos discursos *per se*, mas a análise das relações entre os aspectos

discursivos e não discursivos do social, a fim de se atingir uma compreensão melhor da complexidade dessas relações.

Por isso, na perspectiva da ACD em Fairclough (2001, 2005), cada evento discursivo deve ser analisado sob três dimensões ou ângulos interdependentes: o texto, buscando sua descrição; as práticas discursivas, almejando sua interpretação; e as práticas sociais, que envolvem sua explicação. No nível textual, a descrição inclui o léxico, as opções gramaticais, a coesão e a estrutura do texto. Já na dimensão da análise como prática discursiva, interpretar o texto se dá em termos de sua produção, distribuição e consumo (Fairclough, 2001, 2005). Por fim, a dimensão de análise do evento discursivo como prática social busca, por sua vez, explicar de que modo o texto se reveste de aspectos ideológicos e formas de hegemonia (Meurer, 2007). A análise das práticas sociais pode ser entendida, como aponta Pedro (1997), como a distinção principal entre a ACD de outras abordagens linguísticas.

Assim, na dimensão tridimensional da ACD faircloughiana, a análise de aspectos da língua, ou seja, sua discussão metodológica, não se separa da teoria social do discurso que a embasa. Isso porque a análise das práticas sociais toma por base a descrição (análise textual) e a interpretação (práticas sociais) dos eventos discursivos. Embora os Estudos Organizacionais já tenham avançado no sentido de perceberem a importância metodológica dessa perspectiva da ACD (Misoczky, 2005; Rodrigues & Dellagnelo, 2013; Silva & Gonçalves, 2017), sua teoria social do discurso – a dialética do discurso, que discuto nesta seção – ainda não foi explorada nos estudos sobre a construção da organização a partir de elementos da linguagem, que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização como sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000).

Como Fairclough (2005, 2008) observa, os discursos e os elementos não discursivos constituem facetas distintas da realidade social, mas que mantêm relação dialética entre si. Isso porque os elementos não discursivos da realidade social também são construídos socialmente por meio do discurso, incorporando ou internalizando certos elementos discursivos, sem, contudo, serem redutíveis a estes (Fairclough, 2005). Não estamos diante, portanto, de um método de análise do discurso, uma ferramenta de análise simplesmente, mas de um método acompanhado de uma teoria social do discurso, a dialética do discurso de Fairclough (1985, 2001, 2008, 2010).

De acordo com Fairclough (2011), toda prática social é composta por elementos como os sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, instrumentos, tempo e lugar, valores, formas de consciência e discurso. Tais elementos, embora distintos entre si, são indissociáveis dentro da vida social (Fairclough, 2005,

2008, 2010). Portanto, o discurso se coloca, nessa abordagem, como o uso da linguagem (falada, escrita e comunicação não verbal), um modo de prática social, ou modo de ação sobre a sociedade e sobre o mundo, bem como um componente das práticas sociais interconectado aos demais elementos que também as compõem (Fairclough, 2001; Resende & Ramalho, 2011).

Assim, o autor apresenta que valores culturais, consciência e relações sociais são, em parte, semióticos, o que não significa, todavia, que seja possível teorizar e pesquisar relações sociais tal como se estuda a linguagem, dadas suas propriedades distintas (Fairclough, 1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010). A dialética, em Fairclough (1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010), se baseia nos estudos de Karl Marx. Contrapondo a dialética hegeliana, para Marx (2003), o pensamento deveria partir da ligação com o mundo real, e não do pensamento que parte de si próprio para se concentrar em si mesmo.

Como Marchiori et al. (2010) observam, a relação entre discurso e estrutura social na ACD se dá de maneira dialética, enquanto resultante do contraponto entre a determinação e a construção social do discurso, de modo que este se constitui como prática política, à medida em que estabelece, mantém e transforma relações de poder e entidades coletivas em que ocorrem tais relações, bem como prática ideológica, visto que constitui, naturaliza, mantém e transforma significados de mundo. As estruturas organizacionais também têm caráter em parte linguístico e semiótico, assim como as práticas sociais (Fairclough, 2005; Fairclough & Sayer, 2004). Contudo, como Fairclough (2005) afirma, trabalhos em Estudos Organizacionais, ao estabelecerem um contraste entre os conceitos de processo de organizar (*organizing*) e a organização em si vista como estrutura, criaram um dualismo entre o discurso ou a comunicação nas organizações e suas estruturas.

Portanto, a vida social representa, para o autor, uma rede interconectada de práticas sociais de diferentes tipos (como as políticas, econômicas e culturais, por exemplo) e que envolvem sempre um elemento semiótico. Assim, argumento que a abordagem ACD pode colaborar para a superação dos limites teóricos das abordagens correntes sobre a influência de fenômenos linguísticos na construção das organizações ao oferecer conceituações a diversos construtos teóricos relevantes no campo da linguística, bem como ao se apoiar em uma visão realista crítica que se contrapõe às abordagens interpretativas e construcionistas radicais, as mais usuais nos Estudos Organizacionais.

A esse respeito existe o apoio inclusive de autores contrários à proposta teórico-metodológica da ACD. Alvesson e Kärreman (2011), apesar de se apresentarem como céticos em relação à abordagem realista crítica presente em autores da ACD como Norman Fairclough, questionam a não utilização dessa abordagem nos

Estudos Organizacionais, dado seu potencial de contribuição às pesquisas sobre o discurso nesse campo.

Diante da dialética do discurso, tanto Ledema (2007) quanto Fairclough (2005) apresentam ressalvas em relação aos trabalhos em Estudos Organizacionais que tomam o conceito de discurso de maneira isolada aos aspectos não discursivos das organizações. Para Ledema (2007), os Estudos Organizacionais poderiam se beneficiar de perspectivas de estudo do discurso na Linguística que não restrinjam tal conceito à linguagem (entendida como palavras e sentenças ou como sistema de comunicação), mas que compreendam o discurso e a realidade material como reciprocamente constituídos. Como apresentei, este é o caso da teoria social do discurso apresentada por Fairclough (1985, 1992, 2001, 2005, 2008, 2010) e Fairclough e Melo (2012).

Como Fairclough (2010) aponta, a constituição discursiva da sociedade (e, por conseguinte, das entidades sociais que a integram) não emana da vontade livre ou de um jogo de ideias das cabeças das pessoas, mas de uma prática social enraizada firmemente nas estruturas sociais materiais e concretas, para as quais se orientam (Fairclough, 2010). Assim, a perspectiva faircloughiana da ACD permite superar a limitação teórica das abordagens correntes sobre a construção das organizações com base em elementos linguísticos que, em seus diversos estudos, sugerem que as pessoas que compõem as organizações criariam estas últimas voluntariamente, mediante processos discursivos ou comunicacionais, visão presente em todas as teorias apresentadas na seção seguinte.

## **Contribuições da ACD para a análise da constituição discursiva/comunicacional das organizações**

Nesta seção, apresento algumas das principais abordagens correntes que têm tratado da constituição das organizações, enquanto objeto de análise dos Estudos Organizacionais, sob o prisma de teorias sobre discurso e comunicação. Sinteticamente, busco apontar para as características principais de cada abordagem, a fim de que elas sejam analisadas comparativamente à abordagem da ACD em Norman Fairclough, para assinalar suas limitações e o potencial de contribuição da teoria faircloughiana para superá-las.

O Quadro 1 resume as principais teorias correntes sobre articulação de conceitos acerca do discurso e da comunicação, suas limitações e como estas podem ser solucionadas a partir da ACD faircloughiana:



**Quadro 1** – Síntese das principais teorias correntes que articulam os conceitos de organização e discurso/comunicação

Proposta teórica	Autor(es)	Principal contribuição	Críticas a partir da ACD
Organizações são construídas por sistemas verbais formados por discursos polifônicos	Hazen (1993)	A polifonia considera diferentes vozes presentes na organização como elementos de sua constituição.	Por não discutir o que se entende nesta abordagem por textos, discursos e histórias, acaba compreendendo a organização como sinônimo de discurso, ignorando seu aspecto material.
Organizações são vistas como comunidades discursivas	Bragd, Christensen, Czarniawska e Tullberg (2008)	Discurso é um recurso para criar novas comunidades discursivas, que formam organizações, identidades entre os grupos e relações de inclusão e exclusão na organização.	Ignora o aspecto não discursivo da constituição das organizações, além de restringir a constituição da organização à interação comunicativa entre seus membros internos.
Comunicação como Constituinte da Organização (CCO)	Cooren, Kuhn, Cornelissen e Clark (2011); Galleli e Marchiori (2015); Koschmann (2013); Leitzke e Marchiori (2015)	Critica a visão da organização como entidade preexistente no real, ressaltando o papel performativo da comunicação na sua constituição, abarcando também aspectos não discursivos pela consideração de agentes não humanos nesse processo.	Não supera a reificação da organização porque coloca comunicação e organização como dois polos que interagem entre si, se produzindo reciprocamente, e sua visão de que a estrutura se encontra representada na agência dos não humanos confere agência a objetos inanimados.
Organizações são entendidas como constituídas a partir da TAC de Jürgen Habermas	Lima, Carvalho e Lima (2010); Lima, Zattar e Maia (2013)	A comunicação é vista como processo central da intersecção entre o simbólico e o material na constituição organizacional e há uma crítica da visão da comunicação como instrumento ou recurso, passando a ser vista como processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização.	Entende que a constituição comunicativa da organização perpassa a busca por entendimento intersubjetivo, ignorando relações de poder existentes no processo de comunicação organizacional.
Organizações são vistas como a imbricação de domínios discursivos dos quais emerge a identidade organizacional	Taylor (2011)	A organização é, em termos comunicacionais, uma configuração de práticas e uma pessoa corporativa legal cuja “voz” emerge, paradoxalmente, enquanto identidade humana, tal como ocorre com as pessoas.	A identidade da organização como um ser quase “humano” é gerada pelas interações metaconversacionais dos membros da organização, ignorando seu aspecto ideológico e recaindo em nominalismo.

Proposta teórica	Autor(es)	Principal contribuição	Críticas a partir da ACD
Abordagem pós-fundacional	Cederström e Spicer (2014)	Os discursos organizacionais tanto não repousam em uma base material inelutável quanto inspiram forças de afeto, estas capazes de estimular paixões acerca, por exemplo, da disseminação e consecução de práticas estratégicas nas organizações.	Ignoram o aspecto material da constituição das organizações, substituindo-o pelo afeto, deixando de lado aspectos ideológicos e hegemônicos presentes nos discursos.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Para Hazen (1993), as organizações podem ser compreendidas como sistemas verbais socialmente construídos como textos, discursos ou histórias. Desse modo, as organizações se constituem pelos diversos diálogos que ocorrem de maneira simultânea e sequencial, enquanto polifonia, pela qual se torna possível dar voz a diferenças e novas possibilidades. O autor utiliza a ideia de polifonia presente em Bakhtin (1997) que representa, basicamente, a presença de diferentes vozes em um processo de diálogo, para criticar visões que enxergam as organizações como máquinas burocráticas ou sistemas vivos, propondo novas metáforas para compreender as organizações como sistemas polifônicos de comunicação, como uma banda de jazz de improviso, em que cada músico contribui com seu talento (Hazen, 1993).

Embora a noção de polifonia resgatada por Hazen (1993) contribua de forma interessante à compreensão organizacional, apontando que sua construção pode ter origem na multiplicidade de vozes existentes na organização, uma limitação em seu trabalho é não discutir o que o autor entende por textos, discursos e histórias, que formariam a organização enquanto sistemas verbais socialmente construídos. Ao proceder dessa forma, o autor acaba por compreender a organização como sinônimo de discurso, ignorando seu aspecto não discursivo e recaindo em um construcionismo social radical (Hazen, 1993; Reed, 2000).

Na segunda abordagem destacada no Quadro 1, Bragd et al. (2008) utilizam a noção de comunidade discursiva – ou sociedade discursiva, na tradução em português da obra *A ordem do discurso*, de Foucault (2010). Segundo essa noção, o discurso não apenas cria objetos, mas também (re)constrói a identidade de seus usuários (Bragd et al., 2008). As sociedades ou comunidades de discurso têm por função conservar ou produzir discursos, mas com a finalidade de que estes circulem apenas em espaços fechados, sendo distribuídos de maneira restrita, de modo que, mesmo em uma ordem do discurso publicado, se exercem certas formas de apropriação de segredo (Foucault, 2010).

De acordo com Bragd et al. (2008), o discurso é um recurso importante para criar as novas comunidades discursivas que formam as organizações, desenvolvendo

identidades entre os grupos e estabelecendo, assim, relações de inclusão e exclusão na organização. A noção de comunidades discursivas oferece contribuição teórica para pensar a constituição da organização, visto que aponta para a criação de grupos em que discursos podem ficar restritos e formar identidades, estabelecendo a inclusão e a exclusão de outros grupos organizacionais. Contudo, Bragd et al. (2008) partem da concepção foucaultiana de que o discurso cria seu objeto, podendo estabelecer regras de comportamento (Faria & Meneghetti, 2007). Nessa concepção, o discurso é visto como espaço em que poder e saber se entrelaçam, pois a pessoa que o emite o faz de determinado lugar, partindo de um direito a falar (discurso permitido) que é reconhecido institucionalmente (Brandão, 2004; Foucault, 2010).

Como afirmam os autores, a produção do discurso que gera o poder é controlada, organizada e redistribuída considerando as interdições, que buscam eliminar elementos do discurso que possam ameaçar grupos que estejam em posição de poder (Brandão, 2004; Foucault, 2010). Reed (2000) diferencia a tradição foucaultiana dos estudos do discurso da perspectiva do realismo crítico, esta última presente em estudos como os da ACD (Fairclough, 2005; Fairclough & Sayer, 2004), apresentando que, enquanto na primeira o discurso tem papel de representação, na segunda existe ênfase nos aspectos performativos do discurso. Assim, a partir do realismo crítico, os discursos se tornam mecanismos geradores ou estruturas que somente podem ser conhecidos por meio de seus efeitos contingenciais em contextos sócio-históricos particulares (Reed, 2000).

Conforme Reed (2000), as pesquisas nos Estudos Organizacionais que enxergam o discurso como sinônimo de organização – visto que esta é criada por aquele, como nos estudos de Hazen (1993) e Bragd et al. (2008) – recaem não só em um construcionismo radical, mas em reducionismo, localismo, nominalismo e determinismo. O reducionismo ocorre ao restringirem as ideologias e seu estudo a aspectos discursivos, deixando de lado o caráter político e material que também as constituem; enquanto o localismo decorre de não tratarem da (re)apropriação de discursos que operam nas estruturas (Reed, 2000). Já o nominalismo advém da concepção presente nesses estudos de que a simples menção ou discussão cria a organização por si só, sem considerar seus aspectos não discursivos; e, por fim, o determinismo é decorrente de colocarem a produção discursiva como dotada de lógica própria determinada pelos indivíduos, independentemente das estruturas sociais das quais essa lógica emerge (Reed, 2000).

As limitações de reducionismo, localismo, nominalismo e determinismo também se apresentam na terceira abordagem do Quadro 1, a *Communication as Constitutive of Organizations* ou Comunicação como Constituinte da Organização (CCO), que se contrapõe às demais perspectivas teóricas apresentadas por buscar englobar em suas análises os aspectos não discursivos ou não humanos

da organização, tomando por base a Teoria Ator-Rede (TAR) de John Law e de Bruno Latour. Para a TAR aplicada aos Estudos Organizacionais, a organização é vista como processo instável, negociado e temporário, em que ocorre o procedimento de translação (entendido como mecanismo pelo qual os atores de uma rede se constituem e tomam forma), no qual a materialidade de redes heterogêneas é tida como foco (Cavalcanti & Alcadipani, 2013).

Os objetos que compõem o todo organizacional passam a ser vistos como contingentes, uma vez que não podem ser tomados como fins em si mesmos, mas como manifestações relativamente estáveis de uma rede de relações que possibilitou sua produção, tal como abordado por Law (1994 citado por Cavalcanti & Alcadipani, 2013). Como Cavalcanti e Alcadipani (2013) apresentam, a TAR foca não apenas no elemento social ou humano, mas também nas materialidades que constituem a realidade que, como Cooren e Taylor (1997) afirmam, são entendidos como agentes não humanos.

Os diversos autores da CCO (Cooren et al., 2011; Galleli & Marchiori, 2015; Koschmann, 2013; Leitzke & Marchiori, 2015), em termo gerais, definem que a comunicação humana constitui as organizações, representando o meio pelo qual elas são estabelecidas, compostas, criadas e mantidas. Resumidamente, tal abordagem possui, de acordo com Cooren et al. (2011) seis premissas:

1. a CCO estuda eventos comunicacionais, entendidos não como interações entre pessoas isoladas, mas como o segmento de práticas sociais discursivas situadas e contínuas;
2. a CCO estuda não apenas o aspecto textual da comunicação organizacional, mas também os valores, ideologias e conhecimentos que são carregados não só pelas pessoas, mas também, em termos da teoria ator-rede de Bruno Latour, pelos ditos “não humanos”, como tecnologias, elementos arquitetônicos, documentos ou móveis, por exemplo;
3. a CCO reconhece a natureza de construção e orientação conjunta da comunicação organizacional, dado seu caráter performativo; ou seja, a comunicação organizacional é vista como construção da interação humana;
4. a CCO é aberta em termos do reconhecimento de quem ou o que é agente na comunicação, considerando a agência humana, mas também a dos não humanos, de tal modo que agir ou falar em nome de estratégias, visões ou missões posiciona tais elementos como participantes na definição de situações organizacionais;

5. os pesquisadores em CCO jamais deixam o foco da comunicação organizacional, ou seja, não se engajam no debate entre agência e estrutura, uma vez que, nessa perspectiva, elementos que poderiam ser julgados como pertencentes à estrutura, como as posições na hierarquia da empresa, são tratados como agentes não humanos no processo comunicacional;
6. a CCO não privilegia a visão de organização nem a do processo de organizar (*organizing*), abarcando igualmente as duas agendas de pesquisa – como as organizações se constituem pelo processo comunicacional e como elas se transformam e reproduzem por meio de tal processo.

Logo, com base na descrição das características da perspectiva da CCO, observo que esta não supera a reificação da organização porque coloca comunicação e organização como dois polos que interagem entre si, se produzindo reciprocamente, o que demanda uma noção de existência apriorística de ambos (Cooren & Taylor, 1997). Partindo do realismo crítico presente na ACD, a visão de que a estrutura está representada na agência de “não humanos” é problemática, visto que antropomorfiza seres inanimados em lugar de considerar aspectos estruturais, como os da luta de classes, na postura neogramsciana presente em Norman Fairclough, na construção de tais objetos. Na ACD faircloughiana se faz presente um realismo crítico aplicado ao estudo do discurso que, segundo Reed (2000), parte de uma ontologia que enxerga as estruturas como fundamentais para a constituição da realidade social e natural, correspondendo, assim, aos mecanismos pelos quais os discursos são constituídos. Para Reed (2000), nessa perspectiva, os discursos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais, tais como as classes e o mercado.

Autores da CCO, Galleli e Marchiori (2015), afirmam a compatibilidade dessa abordagem com a teoria da ação comunicativa (TAC) proposta por Jürgen Habermas, visto que em ambas a comunicação é encarada como processo central da intersecção entre o simbólico e o material na constituição organizacional e há uma crítica da visão da comunicação como instrumento ou recurso, passando a ser considerada como processo de negociação de significados e elemento constituidor da organização.

Apontado como teórico crítico, em sua teoria Jürgen Habermas procura contribuir para a emancipação humana (Andrews, 2011). Em sua abordagem, a linguagem é como uma “arma” à qual todas as pessoas têm acesso em uma sociedade e, por meio dela, é possível realizar a luta pela emancipação (Andrews, 2011). Portanto é por meio do agir comunicativo que as pessoas podem buscar sua libertação, e o discurso é encarado como elemento emancipador, visto que, para Habermas (2012a), os pensamentos humanos se tornam acessíveis quando representados por meio da linguagem, uma vez que os fatos passam a ser expressos por proposições que têm

a pretensão de verdade. Verdadeiro, na concepção de Habermas (2012a), é o argumento que apresenta aceitabilidade racional, que é passível de crítica.

Portanto, para o autor, racionalidade corresponde à busca pela universalidade da razão que conduz à capacidade de criticidade (Habermas, 2012a, 2012b, 2012c). Logo, descartam-se como racionais juízos valorativos ou dogmáticos enquanto racionais, posto não serem universais nem passíveis de crítica (Andrews, 2011; Habermas, 2012a; Pinzani, 2009). Uma pessoa é encarada como racional, na visão de Habermas (2012a), quando apresenta proposições fundamentadas, assume posição autocrítica referente a seus valores e se comporta positivamente diante do entendimento e de problemas de comunicação.

Por sua vez, o entendimento, para Habermas (2012c), representa o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o locutor agrega à sua fala. A validade intersubjetiva tem por base o sistema de referência do “mundo da vida”, dividido em mundo social, objetivo e subjetivo, cujas ligações se encontram pré-interpretadas, de modo que os atores sociais que agem comunicativamente não conseguem assumir posição extramundana, alheia ou desvincilhada do “mundo da vida”. As estruturas do “mundo da vida” formam o pano de fundo da situação, uma vez que fixam as formas de intersubjetividade do entendimento possível (Habermas, 2012c). Essas estruturas do “mundo da vida”, por sua vez, não são fixas ou definidas de maneira rigorosa, mas envoltas em um horizonte que se desloca junto com o tema, o qual Habermas (2012c) identifica como “mundo da vida”.

Esse “lugar transcendental”, que é o mundo da vida, é, portanto, onde falantes e ouvintes se encontram e podem levantar, uns em relação aos outros, pretensões de que o que dizem corresponde aos mundos social, objetivo e subjetivo, que configuram o “mundo da vida” e podem confirmar ou criticar pretensões de validade dos demais, buscando o consenso e resolvendo seus dissensos (Habermas, 2012c, p. 231). A fim de alcançar o consenso, como observa Andrews (2011), é necessário que os participantes do agir comunicativo não se valham de sua posição de poder a fim de convencer aos demais sobre seu ponto de vista.

Como observa Andrews (2011), nessa situação, que seria a ideal para o agir comunicativo, não há, na visão habermasiana, uma negação da existência de posições de poder distintas, mas a sugestão de que os atores sociais abram mão de tal condição a fim de possibilitar a participação no discurso. Assim, observo que a própria colocação de Andrews (2011) na defesa da TAC – que em outros trabalhos aparece como possibilidade de compreender a construção das organizações (Lima, Zattar & Maia, 2013) e a forma de administração discursiva das organizações (Lima, Carvalho & Lima, 2010) – denota a fragilidade em termos da aplicação do agir comunicativo em ambientes organizacionais. Isso porque nestes, como Faria e Meneghetti (2007) apontam, se observa a

predominância de discursos que viabilizam o alcance dos objetivos dos grupos dominantes, e não a busca por entendimento intersubjetivo.

Aponto como outra limitação de tais abordagens (CCO e utilização da TAC) o uso que teóricos das organizações fazem do conceito de comunicação, entendida como processo que ocorre exclusivamente dentro das organizações (Cooren & Taylor, 1997). Essa visão torna a comunicação um processo trivial e colabora para reificar as organizações, levando-as a serem consideradas como entidades dotadas de existência própria que se dá a priori (Cooren & Taylor, 1997).

Tais abordagens revelam, ainda, uma confusão teórica entre comunicação e discurso (Cooren & Taylor, 1997). O discurso e a comunicação são constructos teóricos distintos, embora tenham relação entre si. Em síntese, no âmbito organizacional, a comunicação é vista como processo por meio do qual os indivíduos interpretam, reinterpretem e criam sentidos, enquanto o discurso seria uma forma de manifestação dos sujeitos como interlocutores nos processos de construção social (Marchiori et al., 2010).

A incompreensão da distinção entre os conceitos de discurso e comunicação está presente também na análise de Taylor (2011), que compreende que a organização é, em termos comunicacionais, uma configuração de práticas e uma pessoa corporativa legal cuja “voz” emerge, paradoxalmente, como identidade humana, tal como ocorre com as pessoas. Assim, ignora a noção de discurso, como manifestação dos sujeitos como interlocutores e ainda coloca a possibilidade de que a pessoa corporativa legal, criada por processos comunicacionais, resulte em uma identidade corporativa que seria capaz de comunicação, ainda que esta prescindia de sujeitos ativos capazes de criar, interpretar e reinterpretar sentidos.

Nessa abordagem, a organização pode ser vista a partir de dois sentidos: enquanto prática, como consequência de como as pessoas arranjam tecnologias, recursos e pessoal para a realização de algo; e como uma entidade, um ser de existência própria e com atributos humanos (Taylor, 2011). Todavia, Taylor (2011) afirma rejeitar essa última visão, uma vez que as organizações não são pessoas, não se pode conversar com elas, embora o autor afirme a possibilidade de lhes atribuir identidade, motivações e ações. Como o autor apresenta, isso não impede que reconheçamos a existência real de tais entidades que, ainda que de aparência virtual, sem uma sede reconhecida, podemos identificar suas ações, citando como exemplo, a *Al-Qaeda* que, ainda para Taylor (2011), existe independentemente da nossa visão tradicional das organizações como dotadas de localização física identificável.

Assim, em oposição aos autores apresentados anteriormente – para quem as pessoas se relacionam, pela via da comunicação (entendida como processo interacional),

criando a organização (Bragd et al., 2008; Hazen, 1993) –, para Taylor (2011), as conexões criam os agentes. Taylor (2011) afirma que a organização se inicia pelas transações cotidianas das conversas, que constituem instâncias práticas de comunicação. Dessa forma, Taylor (2011) apresenta que as organizações podem estar presentes em qualquer lugar, inicialmente a partir da conversa entre as pessoas e outros modos de interação simbólica. A identidade da organização enquanto ser quase “humano” é decorrente, segundo Taylor (2011), do modo como as pessoas tratam as organizações como humanas. A imbricação dos domínios discursivos que formam a identidade organizacional emerge, para Taylor (2011), a partir da configuração de diferentes níveis organizacionais, presentes nas diversas comunidades discursivas que compõem o macroambiente organizacional como organização oficial.

Essa imbricação de discursos das comunidades discursivas é chamada pelo autor de metaconversação, que gera a organização oficial. Nesse processo, a identidade organizacional, enquanto entidade criada, suscita autoridade quase humana nos textos produzidos em seu nome e esconde as pessoas que estão por trás de seus discursos (Taylor, 2011). Embora reconheça como útil, para análises em Estudos Organizacionais, a ideia de criação de uma organização oficial enxergada como entidade quase humana cujo discurso gera autoridade e esconde as pessoas que estão realmente interessadas no aspecto performativo do discurso da organização oficial, vejo no trabalho de Taylor (2011) limitações que podem ser respondidas pela via da ACD. Isso porque o autor também recai em construcionismo radical, nominalismo, determinismo, localismo e reducionismo.

Com base em Fairclough (2005), sugiro que a identidade da organização surja não como consequência de como as pessoas arranjam tecnologias, recursos e pessoal para a realização de algo, mas como efeito do discurso em sua dialética com os demais componentes da vida social, reforçando relações de poder com fins à manutenção e transformação do pensamento hegemônico, por meio da criação dessa voz dotada de autoridade e capaz de camuflar os responsáveis pelos discursos e demais práticas organizacionais. Os efeitos constitutivos do discurso ocorrem porque, por meio do discurso, os sujeitos constroem realidades sociais, podendo, por exemplo, antropomorfizar e atribuir autoridade às organizações, que são, concretamente, inanimadas.

Tais efeitos atuam em conjunto com outras práticas sociais, como os aspectos afetivos e de comportamento, o vestuário e a distribuição de tarefas (no caso de uma organização produtiva, por exemplo) (Fairclough, 2010). Em suma, observo que, em Fairclough (2010), o efeito constitutivo de discurso, que pode transformar a organização em algo como uma espécie de entidade social preexistente, com voz e agência próprias, não afeta o fato de que as pessoas percebam a existência material de uma entidade social como organização dotada de prédios, maquinários, tecnologias, objetos, valores, entre outros.



Argumento que enxergar as organizações como se fossem identidades criadas e dotadas de autoridade, e não enquanto efeito constitutivo de discurso, com base em Fairclough (2010), significa ignorar que estas são constituídas pelo discurso mediado pelas restrições da determinação de sua dialética com as estruturas sociais e no interior de lutas e relações de poder que lhe são particulares.

Por fim, completando as análises do Quadro 1, apresento o trabalho de Cederström e Spicer (2014) que apresenta a abordagem pós-fundacional (*post-foundational perspective*). Partindo da perspectiva pós-fundacional, o real é entendido enquanto elemento incapaz de ser integrado à tessitura do discurso (Cederström & Spicer, 2014). Tal concepção, “emprestada” da psicanálise, sugere que o real seria um elemento inapreensível pelo discurso. Para esta abordagem, o real estaria relacionado a duas dimensões: a “forma vazia” (*empty form*) e a força afetiva (*affective force*) (Cederström & Spicer, 2014).

Cederström e Spicer (2014) apresentam que o real, ao qual os discursos refletiriam pretensamente, possui duas dimensões que revelariam que o discurso não teria uma fundação concreta notadamente distinguível e que estaria relacionado ao aspecto afetivo. Isso significa que, para os autores, os discursos organizacionais tanto não repousam em uma base material inelutável quanto inspiram forças de afeto, estas últimas capazes de estimular paixões acerca da disseminação e consecução de práticas estratégicas nas organizações, por exemplo (Cederström & Spicer, 2014).

Ao alegarem que o real seria dotado de uma forma vazia, Cederström e Spicer (2014) explicam que a abordagem pós-fundacional entende que o discurso nunca possui uma fundação em que se firma ou uma fundação estável ou permanente. Isso não significa que o discurso não apresente fundação alguma, como algumas concepções construtivistas sugerem, mas que o discurso nunca teria um fundamento final, ou seja, que o real é resistente a qualquer simbolização absoluta. Logo, o real, em vez de significar a existência de uma objetividade externa ao discurso, implica na existência de um limite para a fundamentação de um discurso (Cederström & Spicer, 2014).

A abordagem pós-fundacional agrega ainda que o real abarcaria a dimensão da força emocional, ou seja, a presença de reações emocionais intensas e ligações promovidas pelo discurso (Cederström & Spicer, 2014). A dimensão da força afetiva seria crucial para a compreensão de ligações passionais existentes em grupos, causas, identidades e até mesmo organizações (Cederström & Spicer, 2014).

Do ponto de vista da ACD faircloughiana, os discursos não existem de forma independente e arbitrária em relação às condições sociais e materiais, mas representam, realizam e dão força às estruturas sociais (Reed, 2000). Por sua vez, a proposta pós-fundacional, ao defender a ideia de que o discurso não tem fundamento final,

se apresenta como potencialmente contraproducente, ao proporcionar a substituição dos interesses de grupos privilegiados pela força afetiva, ignorando o aspecto ideológico e hegemônico que, segundo Fairclough (2008), permeia em graus distintos os diversos discursos presentes na sociedade contemporânea.

## Considerações finais

Conforme apresentei ao longo deste texto, a teoria social faircloughiana do discurso pode ser explorada em estudos sobre a influência de elementos da linguagem na construção das organizações, a fim de superar limitações teóricas de estudos correntes que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização como sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação que resultam em visões pelas quais elementos linguísticos criariam as organizações de maneira nominalista, reducionista, localista e determinista (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000).

Em contraposição, a ACD em Norman Fairclough permite compreender que os discursos que colaboram na construção das organizações têm influências não só de outros discursos hegemônicos no contexto organizacional, mas também em relações de poder que não são consideradas pelas abordagens correntes. Assim, além de permitir enxergar fenômenos da linguagem na qualidade de dados disponíveis para análise de seu caráter ideológico no âmbito organizacional, argumento que a teoria social faircloughiana do discurso pode ser explorada também em estudos sobre a construção da organização a partir de elementos da linguagem, a fim de superar limitações teóricas de estudos correntes que seguem restritos a abordagens que compreendem a organização enquanto sinônimo de discurso ou como formada a partir de processos de comunicação (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004; Reed, 2000; Silva & Gonçalves, 2017).

Seja na visão das organizações como ancoradas em práticas e formas discursivas (Cooren & Taylor, 1997; Fairhurst & Putnam, 2004), na abordagem que vislumbra as organizações como construídas por sistemas verbais formados por discursos polifônicos (Hazen, 1993), como comunidades discursivas (Bragd et al., 2008), que enxergam a comunicação como constituinte da organização, a partir da abordagem da CCO (Cooren et al, 2011; Galleli & Marchiori, 2015; Koschmann, 2013; Leitzke & Marchiori, 2015), que entendem as organizações como constituídas a partir da TAC de Jürgen Habermas (Lima, Carvalho, & Lima, 2010; Lima, Zattar & Maia, 2013), ou, ainda, como a imbricação de domínios discursivos dos quais emerge a identidade organizacional (Taylor, 2011), o que se observa é o estabelecimento de relações determinísticas entre elementos linguísticos – como o discurso ou a comunicação – e a construção das organizações.

Em contraponto, a teoria social faircloughiana do discurso, ao apresentar a existência de relações dialéticas entre o discurso e os demais elementos das práticas sociais (Fairclough, 2001, 2010), sugere que as organizações são compostas por elementos da vida social (como os sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, instrumentos, tempo e lugar, valores, formas de consciência e discurso), os quais interagem dialeticamente entre si na construção das organizações.

Ao contrário do que apontam as abordagens correntes, a construção das organizações não se restringe à influência de processos comunicativos ou discursivos e, diferentemente do que aponta a CCO, os seres não humanos não são dotados de agência nem são as forças afetivas que movem os discursos nas organizações, como sugere a abordagem pós-fundacional (Cederström & Spicer, 2014). Os elementos da vida social interagem entre si dialeticamente, com fins de (re)produção de hegemonia na sociedade, sendo a organização um produto – e uma (re)produtora – dessa interação dialética.

Assim, conforme busquei apresentar ao longo deste ensaio, a proposta da ACD faircloughiana representa um contraponto às limitações teóricas das abordagens correntes que tratam a respeito da influência de elementos linguísticos na construção das organizações, podendo contribuir para os Estudos Organizacionais ao proporcionar, além de uma abordagem teórico-metodológica para a análise de textos, um novo olhar sobre o objeto de estudos desse campo.

## Referências

- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2000). Varieties of discourse: On the study of organizations through discourse analysis. *Human Relations*, 53(9), 1125-1149. doi:10.1177/0018726700539002
- Alvesson, M., & Kärreman, D. (2011). Decolonializing discourse: Critical reflections on organizational discourse analysis. *Human Relations*, 64(9), 1121-1146. doi:10.1177/0018726711408629
- Andrews, C. W. (2011). *Emancipação e legitimidade: Uma introdução à obra de Jürgen Habermas*. São Paulo, SP: Editora Unifesp.
- Augustinis, V. F.; Costa, A. S. M., & Barros, D. F. (2012). Uma análise crítica do discurso da educação financeira: Por uma educação para além do capital. *Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá*, 16(3), 79-102. Recuperado de <http://bit.ly/2vLEvx1>
- Bakhtin, M. (1997). *Estética da criação verbal* (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

- Bourdieu, P.; Chamboredon, J. C., & Passeron, J. C. (2002). *A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas* (3a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bragd, A., Christensen, D., Czarniawska, B., & Tullberg, M. (2008). Discourse as the means of community creation. *Scandinavian Journal of Management*, 24(3), 199-208. doi:10.1016/j.scaman.2008.02.006
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise de discurso* (2a ed.). Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Carrieri, A. P., Silva, A. R. L., Souza, M. M. P., & Pimentel, T. D. (2008). Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. *Revista Economia & Gestão*, 6(12), 1-22. Recuperado de <http://bit.ly/2Q4LpEf>
- Cavalcanti, M. F. R., & Alcadipani, R. (2013). Organizações como processos e teoria ator-rede: A contribuição de John Law para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 556-568. doi:10.1590/S1679-39512013000400006
- Cederström, C., & Spicer, A. (2014). Discourse of the real kind: A post-foundational approach to organizational discourse analysis. *Organization*, 21(2), 178-205. doi:10.1177/1350508412473864
- Cooren, F., Kuhn, T., Cornelissen, J. P., & Clark, T. (2011). Communication, organizing and organization: An overview and introduction to the special issue. *Organization Studies*, 32(9), 1149-1170. doi:10.1177/0170840611410836
- Cooren, F., & Taylor, J. R. (1997). Organization as an effect of mediation: Redefining the link between organization and communication. *Communication Theory*, 7(3), 219-260. doi:10.1111/j.1468-2885.1997.tb00151.x
- Fairclough, N. (1985). Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, 9(6), 739-763. doi:10.1016/0378-2166(85)90002-5
- Fairclough, N. (1992). Intertextuality in critical discourse analysis. *Linguistics and Education*, 4(3-4), 269-293. doi:10.1016/0898-5898(92)90004-G
- Fairclough, N. (2001). A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: As universidades. In C. M. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* (pp. 31-81). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras UFMG.
- Fairclough, N. (2005). Peripheral vision: Discourse analysis in organization studies: The case for critical realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939. doi:10.1177/0170840605054610
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília.

- Fairclough, N. (2010). A dialética do discurso. *Revista Teias*, 11(22), 225-234. Recuperado de <http://bit.ly/2TD5fZC>
- Fairclough, N., & Melo, I. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha D'Água*, 25(2), 307-329. doi:10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329
- Fairclough, N., & Sayer, A. (2004). Critical realism and semologic. In J. M. Roberts & J. Joseph, *Realism, discourse and deconstruction* (pp. 23-42). London: Routledge.
- Fairhurst, G. T., & Putnam, L. (2004). Organizations as discursive constructions. *Communication Theory*, 14(1), 5-26. doi:10.1111/j.1468-2885.2004.tb00301.x
- Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2007). Discursos organizacionais. In J. H. Faria (Org.), *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 119-141). São Paulo, SP: Atlas.
- Fiorin, J. L. (2010). *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo* (2a. ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Foucault, M. (2010). *A ordem do discurso* (20a ed.). São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Galleli, G. M. F., & Marchiori, M. A. (2015, 13-16 de setembro). *Comunicação constitutiva das organizações contemporâneas: Reflexões sobre as aproximações possíveis entre a TAC e a CCO*. Trabalho apresentado no XXXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, MG. Recuperado de <http://bit.ly/2xrVDI9>
- Godoi, C. K., Coelho, A. L. A. L., & Serrano, A. (2014). Elementos epistemológicos e metodológicos da análise sociológica do discurso: Abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 21(70), 509-535. Recuperado de <http://bit.ly/2W21COg>
- Habermas, J. (2012a). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2012b). *Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012c). *Teoria do agir comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Hazen, M. A. (1993). Towards polyphonic organization. *Journal of Organizational Change Management*, 6(5), 15-26. doi:10.1108/09534819310072747

- Iedema, R. (2007). On the multi-modality, materially and contingency of organization discourse. *Organization Studies*, 28(6), 931-946. doi:10.1177/0170840607075264
- Jang, Y. S., Ott, J. S., & Shafritz, J. M. (2015). Foreword. In J. M. Shafritz, J. S. Ott, & Y. S. Jang (Eds.), *Classics of organization theory* (8th ed., pp. 9-12). Sidney: Wadsworth.
- Koschmann, M. A. (2013). The communicative constitution of collective identity in interorganizational collaboration. *Management Communication Quarterly*, 27(1), 61-89. doi:10.1177/0893318912449314
- Leitzke, M. R. L., & Marchiori, M. (2015, setembro). *Comunicação constitutiva: a prerrogativa do sujeito na organização*. Trabalho apresentado no XXXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, MG,.
- Lima, C. R. M., Carvalho, L. S., & Lima, J. R. T. (2010). Notas para uma administração discursiva das organizações. *DataGramaZero*, 11(6), 1-16.
- Lima, C. R. M., Zattar, M., & Maia, M. R. (2013, novembro). Interações mediadas pela linguagem, organizações e sociedade: Racionalidade comunicativa e integração discursiva. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Florianópolis, SC.
- Magalhães, C. M. (2001). A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In C. M. Magalhães (Org.), *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* (pp. 15-30). Belo Horizonte, MG: Faculdade de Letras UFMG.
- Marchiori, M. R., Ribeiro, R. R., Soares, R., & Simões, F. (2010). Comunicação e discurso nas organizações: Construtos que se relacionam e se distinguem. *Comunicação & Sociedade*, 32(54), 211-238. doi:10.15603/2175-7755/cs.v32n54p211-238
- Marx, K. (2003). *Contribuição à crítica da economia política* (3a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1859).
- Meurer, J. L. (2007). Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In J. L. Meurer, & D. Motta-Roth (Orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates* (2a ed., pp. 81-106). São Paulo, SP: Parábola Editorial.
- Misoczky, M. C. (2005). Análise crítica do discurso: Uma apresentação. *Revista Gestão.Org*, 3(2), 125-140. Recuperado de <http://bit.ly/2U7UiON>
- Motta, F. C. P. (1986). *Organização e poder: Empresa, Estado e escola*. São Paulo, SP: Atlas.

- Mumby, D. K. (2011). What's cooking in organizational discourse studies? A response to Alvesson and Kärreman. *Human Relations*, 64(9), 1147-1161. doi:10.1177/0018726711408367
- Pedro, E. R. (1997). Análise crítica do discurso: Aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In E. R. Pedro (Org.), *Análise crítica do discurso* (pp. 19-46). Lisboa: Editorial Caminho.
- Pinzani, A. (2009). *Habermas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Reed, M. (2000). The limits of discourse analysis in organizational analysis. *Organization*, 7(3), 524-530. doi:10.1177/135050840073011
- Resende, V. M., & Ramalho, V. (2011). Ciência social crítica e análise de discurso crítica. In *Análise do discurso crítica* (pp. 25-54). São Paulo, SP: Contexto.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: Reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 621-635. doi:10.1590/S1679-39512013000400010
- Saraiva, L. A. S., & Irigaray, H. A. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: Uma questão de discurso? *Revista de Administração de Empresas*, 49(3), 337-348. doi:10.1590/S0034-75902009000300008
- Silva, E. R., & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 1-20. doi:10.1590/1679-395132088
- Taylor, J. R. (2011). Organization as an (imbricated) configuring of transactions. *Organization Studies*, 32(9), 1273-1294. doi:10.1177/0170840611411396

## Sobre a Autora

### Fernanda Mitsue Soares Onuma

Doutora em administração pela Universidade Federal de Lavras. Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br. ORCID: 0000-0002-7392-2191

